



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11771>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11771>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 73-92



Submissão: 22/07/2021

Aprovação: 09/10/2021

TRABALHO, SABERES E A TERRA: AS MULHERES NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA/GO.

WORK, KNOWLEDGE AND THE EARTH: WOMEN IN THE SERRA DOURADA/GO SETTLEMENT.

Jéssica Lorrane Gonçalves Souza 
Universidade Federal de Goiás (UFG)¹

Geovanna de Lourdes Alves Ramos  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)²

Resumo: Essa pesquisa analisou o processo de trabalho das mulheres no Assentamento Serra Dourada/GO, a partir de suas atuações no contexto da plantação de hortaliças. Desse modo, refletiu sobre o papel que as mulheres ocupam em suas atividades cotidianas, qual seja, à frente de atividades de produção, colheita e plantio, como também se as tarefas realizadas por elas interferem ou não na economia familiar. Por meio da História Oral foi possível compreender as histórias de mulheres assentadas que trabalham com as plantações de hortaliças e nos possibilitou reconstruir práticas, impasses, conflitos vividos no assentamento e na cidade. Neste sentido, as análises estarão centradas nas histórias de vida de mulheres que de alguma forma trabalham com a terra ou já trabalharam dentro da comunidade. Vimos que algumas dessas mulheres não são reconhecidas por parte da sociedade local, mas mencionam que se reconhecem nesse processo, como também por parte da família.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Memória.

Abstract: This research analyzed the work process for women in the Serra Dourada/GO Settlement, based on their actions in the context of planting vegetables. Thus, it reflected on the role that women play in their daily activities, that is, ahead of production, harvesting and planting activities, as well as whether the tasks performed by them interfere or not in the family economy. Through Oral History, it was possible to understand the stories of settled women who work with vegetable plantations and enabled us to reconstruct practices, impasses, conflicts experienced in the settlement and in the city. In this sense, the analyses will be centered on the life stories of women who somehow work within the community. We saw that some of these women are not recognized by the local society, but they mention that they recognize themselves in this process, as well as by the family.

Keywords: Women. Work. Memory.

¹ Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Goiás; *E-mail:*

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2014), bolsista/CAPES, com período Sanduíche na Universidade de Lisboa/PT, bolsista/CAPES. Docente do curso de História, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. *E-mail:* geovanna@ufu.br

INTRODUÇÃO

Nesse sentido, começamos a analisar sobre o processo de luta pela Reforma Agrária³ no município da cidade de Goiás⁴. Essas questões sobre a Reforma Agrária fizeram parte das experiências cotidianas de muitos sujeitos sociais das quais também fazemos parte nessas discussões. O ano de 2006 foi muito significativo, pois muitas famílias se lançaram como proprietárias de uma parcela de terra no Assentamento Serra Dourada⁵. Desde a infância transitamos em espaços rurais, e nesses espaços tivemos o contato com o *mundo do trabalho*⁶ das mulheres no assentamento. Ressaltamos que a partir dessas relações as nossas investigações transitaram para a temática de pesquisa, a qual resultou a produção desse texto.

Com a oportunidade de realizar uma pesquisa acadêmica não tivemos dúvidas de problematizar a questão das mulheres ligadas a terra. Ou seja, o tema de pesquisa é o trabalho das mulheres no Assentamento Serra Dourada.

Entretanto, antes de refletir sobre a questão do tema de pesquisa será necessário compreender a questão da Reforma Agrária no Brasil, em específico, para entender a inserção das assentadas nos moldes políticos e econômicos na luta pela terra e por melhores condições de vida. Analisar a inserção dessas mulheres nas questões políticas e econômicas significa entender *ser mulher* do campo nesse processo.

³Para saber mais: MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**: questão de terra ou de gente? São Paulo: Moderna, 1987. STEDILE, João Pedro. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

⁴Goiás (conhecida como Cidade de Goiás ou Goiás Velho) é um [município brasileiro](#) do [estado de Goiás](#). Sua população estimada em [2010](#) era de 24.727 habitantes de acordo com o [IBGE](#). O município foi reconhecido em [2001](#) pela [UNESCO](#) como sendo Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que a circunda. Para saber mais: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A1s_\(munic%C3%ADpio\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A1s_(munic%C3%ADpio)). Acesso dia 28/04/2016.

⁵A cidade de Goiás teve a estrutura fundiária modificada a partir de meados da década de 1980. A luta pela terra promovida por diversos grupos de agricultores camponeses culminou num relativo rearranjo territorial local. Atualmente, existem 23 Projetos de Assentamento Rural, o que vai à contra mão da estrutura agrária historicamente estabelecida no país, marcado pela presença do latifúndio. Esta nova estrutura impactou territorialmente o município, mas, muito ainda precisa ser feito em termos políticos e socioeconômicos. Apenas no ano de 2013, no dia 19 de agosto, é que foi aprovada uma Política Rural para o Município de Goiás-GO, a ser incluída na Lei Orgânica Municipal, que antes inexistia. O Assentamento Serra Dourada é resultado de uma doação, diferente de outros assentamentos que passaram pelo processo de ocupação. As propriedades possuem em média 2,5 ha. O assentamento foi criado em 1999, mas é em 2010 que Altamiro e sua companheira Sirlene conseguem sua parcela e começam a experiência juntos. SILVA, Ana Cláudia de Lima; BUENO, Tobias; SILVA, Altamiro Lourenço da; SILVA, Sirlene dos Santos Neves. **Manutenção do Ciclo da Vida**: Experiência em Transição Agroecológica de Hortaliças no Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO. <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/16809/10638> Acesso dia 25/04/2016.

⁶Pegamos aqui de empréstimo o nome da obra de Eric Hobsbawm: **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Editora: Paz e Terra. 2015.

Podemos considerar que a Reforma Agrária no país deu-se a partir da assinatura do Tratado de Tordesilhas⁷ pela divisão do território brasileiro entre os portugueses e os espanhóis. Nesse sentido, a concentração de terras centrou-se em mãos de uma pequena classe⁸ social denominada latifundiária. Deixamos claro que essa luta pela questão de posse da terra esteve presente em outros períodos históricos no país.

No final do século XIX, e até bem antes disso, era latente os conflitos por porções de terras. Temos como exemplo, o fato da disputa de glebas nordestinas que desencadeou o conflito conhecido por Canudos⁹. Outros movimentos ocorreram na região sul do Brasil, em específico, no Paraná e Santa Catarina, denominada Guerra do Contestado¹⁰.

De modo geral podemos dizer que houve uma discussão sobre a questão da luta pela terra no governo brasileiro de Castelo Branco (de 1964 a 1967) com o Estatuto da Terra, mas que não proporcionou mudanças significativas no que diz respeito ao que podemos denominar Reforma Agrária. O Estatuto da Terra tem como intuito adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social, girando em torno de duas grandes propostas: desenvolver a economia agrícola e promover a reforma agrária.

Com o fim do Regime Ditatorial (1964 a 1985) no país iniciam vários movimentos sociais em prol da implementação da Reforma Agrária pelo viés político visando legitimar a luta e a posse pela terra. Deixamos claro que esse processo deu-se por meio de diversos conflitos que propiciou mortes e perseguições de diferentes lideranças. Partindo dessas reflexões tomamos como *locus* de nossa investigação o Assentamento Serra Dourada visando problematizar o mundo do trabalho das mulheres assentadas.

Instiga-nos pensar a condição da mulher hoje em nossa sociedade. Apesar de todos os avanços nas últimas décadas, ainda é relegado à sua condição de inferioridade em relação ao homem. Salários baixos, postos inferiores, desigualdade no tratamento, violência física e psicológica, desrespeito, são alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres na atual conjuntura.

⁷TANZI, Héctor José. O Tratado de Tordesilhas e sua projeção. Revista de História, v. 54, n.º. 108, 1976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814> Acesso: 19/08/2020.

⁸E. P. Thompson na obra A formação da classe operária inglesa: *a árvore da liberdade* analisa a correlação de forças entre as classes sociais em prol de objetivos comuns. THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: *a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁹MILTON, Aristides. *A campanha de Canudos*. Coleção Cachoeira vol. 2. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1979.

¹⁰PELLIZZARO, Reinaldo Assis. Guerra do Contestado: *Linguagem dos Caboclos*. Edipel, 2014.

Entretanto, quando se trata de mulheres assentadas do interior da região goiana, novos estudos historiográficos tem demonstrado uma realidade que quase sempre destoa das demais (MESQUITA, 2016). São mulheres que no viver cotidiano mantém uma relação de enfrentamento e resistência na questão de gênero. O conceito de gênero, conforme Scott (1995) surgiu no campo das feministas americanas que insistiam no caráter social das distinções baseadas no sexo.

Sendo assim, nos propomos a conhecer o trabalho das mulheres trabalhadoras na terra do Assentamento Serra Dourada, na tentativa de refletir sobre suas vivências, suas experiências e expectativas.

CONHECENDO O TEMA...

O estudo mais detalhado sobre o trabalho das mulheres do Assentamento Serra Dourada é de suma importância para que busquemos entender outros fatores que estão diretamente envolvidos e/ou relacionados. Emerge daí então, a necessidade de analisar os processos culturais presentes na comunidade, seus saberes tradicionais, a própria identidade que essas mulheres carregam sobre sua trajetória de vida fortemente sedimentada nos processos de luta pela terra ou de outra interferem ou ajudam na resignificação de uma consciência de grupo social.

Conforme ressaltamos anteriormente, a experiência e vivência no assentamento, como também o *olhar* sempre instigante no trabalho das mulheres nos chamou a atenção pelo fato de haver um número considerável de assentadas participando diretamente e indiretamente da organização social e política do assentamento em questão.

A atuação dessas mulheres não somente nas reuniões e festividades dentro da comunidade, mas na organização de suas próprias famílias, desempenhando múltiplos papéis como provedoras do lar, na luta por melhorias da comunidade. Consideramos fundamental investigar a história de pessoas comuns, mulheres que cotidianamente lutam em resignificar o seu estar no mundo.

Ademais, a pesquisa contribuirá não só em mostrar as diversas relações vivenciadas no seio da Comunidade Serra Dourada, suas lutas, seus processos de resistências e conquistas, como também tencionamos trazer a baila suas histórias e, dar visibilidade a um grupo de mulheres que há séculos vem sendo relegado a uma condição marginal, mas que nem por isso deixam de serem sujeitos do processo histórico. É o que E. P. Thompson defende: “Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ [...]”. (THOMPSON, 2011; p.14).

SERRA DOURADA: A HISTÓRIA DA SUA FUNDAÇÃO PELO VIÉS DAS ATAS DE REUNIÕES.

Analisando a documentação referente à Fundação da Associação do Projeto de Assentamento Serra Dourada encontramos registros do dia 27 de dezembro de 1999. Para tanto fora definido o senhor José Osmar Nunes Marquês para coordenar a assembleia. Contaram com o apoio de 18 sócios¹¹. Nesse dia os sócios estabeleceram os Estatutos Sociais¹² do assentamento, dando ênfase artigo por artigo para que os mesmos fossem aprovados por seus membros (RAMOS, 2017).

Também foram aprovados nomes para os seguintes cargos: diretor-presidente; diretor técnico-administrativo; diretor tesoureiro e diretor-secretário. Uma vez eleita à diretoria, passou-se a eleição do Conselho Fiscal. Na leitura da ata vemos que os membros instalaram à Associação do Assentamento Serra Dourada partindo de uma legitimidade; visto que encontramos na documentação pesquisada o carimbo do “Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas – Cidade de Goiás/GO” (RAMOS, 2017).

Na ata da Reunião Extraordinária dia 10 de janeiro de 2000, consta um episódio que fora discutido pelos associados na tentativa de solucionar um problema entre dois assentados. Ocorreria um ato de adultério no assentamento. Após o fato ser narrado pelo presidente da associação, ouviu-se cada um de seus membros.

Na discussão sobre o assunto fora pontuado que “as normas do estatuto deve ser respeitada. [...] é difícil esta situação mas não podemos aceitar”. Outro assentado ainda explicitou: “Que ele merece uma chance do grupo e que esta cendo uma escola para ele e que tem a certeza que jamais ele cometera novamente este erro” (ATA DE REUNIÃO, 27/12/1999, p. 2, verso). A ata nos traz momentos vivenciados entre os assentados. Intimidades de sujeitos sociais que poderiam permanecer ocultas no assentamento, mas que foram evidenciadas em reunião extraordinária, lembrando e firmando o lugar que estava sendo construído em coletivo. Alguns dos assentados não aprovavam, mas “devemos respeitar do mais pequeno ou mais velho e não ser como companheiro e sim irmãos” (ATA DE REUNIÃO, 27/12/1999, p.2, verso).

¹¹Joana Cassimira da Silva; José Balbino Guimarães; Cleide Maria Rodriguês Guimarães; Claudinei Lopes da Silva; Antônio Pereira dos Santos; Sebastião Carros Ferreira; Maria Cleuza Clemente Da C. Ferreira; Ailton Antônio Assunção; Caetano José Leite de Brito; Maria Francisca Alves; Julio José da Silva; Valmir de Oliveira Bretas; Suelto Fernandes de Lima; Dormelina Andrade Xavier de Lima; José Osmar Nunes Marquês; Dircina Imaculada da Silva; Renato Celestino Saraiva; Joana Maria de Souza (ATA DE REUNIÃO, p. 1 e verso).

¹²Não tivemos contato com o Estatuto até o momento, mas demos prosseguimento à pesquisa.

Na reunião seria decidido se o assentado poderia ou não permanecer no assentamento depois de ter praticado o “erro, visto que até Jesus errou” (ATA DE REUNIÃO, 10/01/2000, p. 3). As colocações dos assentados nos chama a atenção, visto que os assuntos mais íntimos vivenciados, como o adultério cria entre eles códigos próprios de comportamento, de olhares e gestos, enfim, de movimentos que incidiam no espaço comum¹³: o assentamento (RAMOS, 2017).

Na reunião do dia 27 de janeiro de 2000, encontramos dados de que os assentados receberiam a visita da equipe da INCRA¹⁴ para fazer o pagamento do crédito de alimentação e fomento, mas que isso somente seria possível pós-legitimação de cada sujeito social do assentamento. Na leitura na ata constata-se que o crédito alimentação era destinado para a compra de alimentos básicos, tais como arroz, feijão, macarrão. Parte desse crédito seria para a aquisição de ferramentas, “enchadão, enchada, arame, adubos, sementes” (ATA DE REUNIÃO, 27/01/2000, p. 3, verso). Nota-se uma vigilância por parte do INCRA quanto ao gasto dos créditos, em específico por exigir as “notas fiscais” (ATA DE REUNIÃO, 27/01/2000, p. 3, verso).

Ressalta-se que para fazer parte do Projeto Coletivo¹⁵, os candidatos deveriam fazer alguns testes exigidos para “um bom trabalho coletivo” (ATA DE REUNIÃO, 29/02/2000, p. 4). Posteriormente o INCRA explicitou os direitos e os deveres de cada pessoa com o projeto, como também a distribuição dos lotes. Na leitura da Ata do dia 29 de fevereiro do ano 2000 deu-se o início do pagamento do crédito habitação a cada associado no valor de R\$2.500,00, sendo posteriormente todos os cheques depositados na conta da Associação Projeto Serra Dourada.

Mediante as experiências¹⁶ acima descritas que cotidianamente os sujeitos sociais constroem suas relações sociais; e merece destaque a reflexão sobre o que se quer legitimar com esse tipo de produção sobre a história dos Assentamentos no município de Goiás e, ao mesmo tempo, perceber como são feitas as intervenções na forma de entender e viver o campo. Registros em atas, como as

¹³Cf. Arantes: Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. ARANTES, Antonio A. “A Guerra dos lugares”. In: **Paisagens Paulistanas**. Transformações do espaço público. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000, p. 106.

¹⁴Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁵Denominação essa utilizada para as pessoas que desejavam se candidatar ao projeto do Assentamento Serra Dourada. Para ser aprovado no teste exigia-se a participação em média de quinze famílias em projetos coletivos.

¹⁶“[...] experiência humana. É exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, por sua vez, sobre sua situação determinada)” THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

que utilizamos nesse artigo, fornecem aos pesquisadores a possibilidade de pensar as lutas sociais; em como os representantes e lideranças pensam o campo e qual o lugar desses assentados em luta pela terra.

Também é visível o confronto. Um dos registros que encontramos que expressa conflitos, entre eles deu-se em dezembro de 1999, quando “o senhor C. V. C. ameaçou de morte os senhores [...]” [...] “começou o plantio de uma lavoura de mais ou menos 4 alqueires juntos [...]”, (ATA DE REUNIÃO, 07/05/2000, p. 5), configurando formas de desacordos, e adversidade de pensamentos na luta pela terra. A leitura desses registros conduz a discussão e produção que compõem um cenário; fala sobre um lugar de uma forma não harmônica em alguns momentos. Nesse espaço ocorriam disputas, conflitos e, fundamentalmente, mobilizavam-se táticas e estratégias¹⁷ para lidarem com as adversidades.

Em outros momentos anuncia um lugar de animosidade e preocupação com a coletividade visto que necessita a implantação de

três tanques para piscicultura, sendo estes comunitario. [...] e o local que o técnico achou mais adequado fica na divisa do Lote 5 que pertence ao Sr. Divino Aparecido Domingos de Oliveira e será necessário que o Sr. Divino ceda alguns metros de seu lote para aproveitar uma área que é do comunitário que é muito boa. (ATA DE REUNIÃO, 21/05/2000, p. 6, verso).

Vemos nesta sequência uma clara referência da boa vontade do Sr. Divino, visto que ele concordou com a troca de alguns metros de terra. Segundo registros os tanques teriam a função de produzir peixe para as famílias se alimentarem, como também visava à formação dos assentados. Ou seja, os assentados em coletividade gastariam em média de 60,00 reais de ração por mês, mas teriam 100 quilos de peixes divididos entre as famílias (ATA DE REUNIÃO, 21/05/2000, p. 6, verso).

Os registros em atas vão delineando os viveres dos sujeitos sociais, onde as lutas cotidianas, as construções despertam para um novo olhar sobre o campo, mas, sobretudo porque viver em coletividade é um desafio para os protagonistas dessa história. Nessa direção, quando vemos os conflitos entre os assentados, não podemos tratar as experiências travadas como homogêneas. No entanto, devemos deixar claro que o viver em coletivo não se dá de forma tranquila, o que torna a memória um campo de luta política¹⁸.

¹⁷“Estratégias e táticas [...] Elas circulam, vão e vem, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida” (CERTEAU, 1994, p.97). Nesse sentido, as possibilidades de reconstrução histórica acerca de táticas, estratégias e formas de apropriação produzidas pelos sujeitos no cotidiano foram sinalizações para o entendimento da cultura no assentamento.

¹⁸O artigo do Grupo Memória Popular intitulado **Memória popular: teoria, política, método**, para o qual, Pensando sobre as maneiras como essas representações afetam concepções individuais ou de grupos do passado, podemos falar em ‘

Portanto, o Serra Dourada pulsa vida; apresentam territórios, tensões, modos de viver e de lutar, que apresenta os *nós* dessa história, tanto no sentido de entrave da dominação, da disputa, quanto como sujeitos que partilham um lugar.

PESQUISA DE CAMPO... MEMÓRIAS...

A História Oral, como metodologia de investigação abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois, amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes *versões* sobre determinado fato histórico, as narrativas podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do narrador.

Sobre a importância da História Oral como método de pesquisa Paul Thompson (1992) explicita que uma das mais profundas lições da História Oral são a singularidade, tanto quanto a representatividade de cada história de vida. Há algumas delas que são tão excepcionais que têm que ser gravadas, qualquer que seja o plano (THOMPSON, 1992).

O trabalho de realizar entrevistas de histórias de vida do mundo do trabalho de mulheres assentadas nos possibilitou reconstruir práticas, impasses, conflitos vividos através desse tortuoso processo de (re) lembrança. Neste sentido, as análises estão centradas nas histórias de vida de mulheres que de alguma forma trabalham com a terra ou já trabalharam dentro da comunidade.

Segundo Alberti (2004) a História Oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a *memória* como a presença do passado, uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não (ALBERTI, 2004).

memória dominante'. Ou seja, este termo nos faz refletir acerca do poder e a universalidade de algumas representações e suas ligações com instituições dominantes, as quais têm o papel de obter o consenso e alianças políticas. No entanto, não temos a pretensão de afirmar que concepções do passado possam ter se tornado dominantes e representativas em todo o lugar, pois não são todas que são acessíveis ao público que se tornam dominantes. Neste sentido, o que temos são várias construções do passado que na maioria das vezes estão em constante luta entre si. Portanto, a "memória dominante" é produzida nessas lutas, sendo sempre exposta a contestação. Neste artigo, entendemos que, mesmo estando impregnados por alguns valores advindos dos discursos dominantes, muitos sujeitos sociais, com suas práticas disputam para "pertencer" o/no campo, o que nos faz analisar e colocar em dúvida os valores cultivados pela classe dominante. Grupo Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. In: **Muitas memórias, outras histórias**, p. 284.

Para Maurice Halbwachs (2006), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (HALBWACHS, 2006). Como procedimento metodológico, a História Oral, busca registrar e, portanto, perpetuar, impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Conforme ressaltamos, a pesquisa de campo transcorreu no Assentamento Serra Dourada. O *lôcus* nos apresenta mulheres que possuem um antepassado marcado por processos de luta, pela dureza da vida, pelo trabalho diário na terra em busca da sobrevivência.

Para a gravação das narrativas das mulheres utilizamos o celular, onde gravamos somente o áudio. Posteriormente as narrativas em áudio foram transcritas para o papel. Para preservar a identidade delas optamos por apresentá-las como sujeito1¹⁹ (S1), sujeito2²⁰ (S2) e sujeito3²¹ (S3). Temos um vasto material dessa pesquisa, mas separamos parte desses para viabilizar o nosso objetivo inicial, ao qual buscava analisar e identificar como é o mundo de trabalho dessas mulheres no P.A Serra Dourada.

Iniciamos com perguntas que facilitasse e proporcionasse conhecer quem são essas mulheres, qual o perfil de cada uma, e como cada uma se reconhecia diante de seus afazeres. Diante disso nos deparamos como a fala da S1, nossa primeira entrevistada, que de forma simples e sutil traz em sua narrativa suas vivências como mulher do campo, e sua trajetória até a chegada ao Assentamento Serra Dourada.

Pesquisadora: Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?
S1: Sou casada há 23 anos, com o meu esposo tenho duas filhas e um neto, moro no assentamento há 5 anos, nasci na fazenda Água Fria Estado e município de Goiás. A gente morava na fazenda Água fria que era do meu sogro. Lá plantávamos horta, quando meu sogro disse que ia vender a fazenda, aí entramos em um grupo do sindicato juntamente com a CPT, seguiríamos com uma vida normal, mais quando uma família desocupasse um lote, eles nos avisaria, ficamos no grupo por pouco tempo, uns três meses, nos reuníamos semanalmente, e fazíamos mutirões, onde participávamos de um aqui no Faina, o Agnel que nos avisou da terra aqui, do lote. O meu esposo veio e olhou a terra viu que era boa para hortaliças, foi tudo rápido, pois o senhor que morava aqui, já estava querendo sair, pois estava doente, aí a gente arrumo os papeis todos e fomos assentadas, não passamos pelo processo de luta em acampamento. Lá na fazenda particular, eu me sentia mais livre, por que lá

¹⁹Nome: S.S.D.R.I., 42 anos, casada há 23 anos, tem duas filhas e um neto, mora no assentamento há 5 anos, nasceu na fazenda Água Fria, Estado e município de Goiás. Identificada neste trabalho como sujeito um ou S1.

²⁰Nome: B.F.V., 47 anos, casada há 31 anos, mãe dois filhos, nascida em Campinorte, Minaçu, Serra da Mesa. Morra atualmente no P.A Serra Dourada. Identificada neste trabalho como S2.

²¹Nome: M.D.J.S., 44 anos, nasceu na cidade de Goiás, casada, tem três filhos. Moradora do P.A Serra Dourada. Identificada neste trabalho como S3.

criávamos gado livre, fazíamos uso do jeito que a gente queria, mais quando viemos pra cá, ficamos limitados, pois aqui tem mais regras, pois para o gado temos que ter guia, para fazer tanque de peixe temos que ter licença ambiental, são muitas regras, se você precisa de madeira para fazer cerca, posse tem que seguir as regras, mais aqui foi bom pois moramos perto da cidade, lá era muito longe. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Pela narrativa da S1 vimos sua trajetória de vida a partir de uma experiência familiar, que apesar de não ter passado por um processo de luta e por um acampamento reconhece o valor que o assentamento tem para o seu crescimento enquanto produtora de hortaliças. A entrevistada ressalta as diferenças entre o viver e o trabalhar nas terras em que vivenciou parte de sua vida, mas demonstra as experiências que podem ter sido agregadas nas relações de convivência no assentamento.

Levando em consideração a vivência da S1 vemos que nem todas as vivências são iguais, a partir da narrativa da S2 ao relatar suas experiências:

Pesquisadora: Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?
S2: Á então nós não conhecia aqui não né, nós vivia na terra dos outros, nós morava, nascida e criada em fazenda dos outros, ai eu casei e nós vivíamos na fazenda dos outros mesma coisa, depois meu marido conheceu um povo que foi pra lá que era daqui, e foi atrás deles que nós veio pra cá. Aí tinha um conhecido nosso lá e ele falou, sobre a terra da posse aqui né, aí que nós conseguiu um lugar aqui pra nós morar, e trabalhar, aí meu marido veio cá e olhou, aí nós deu certo aqui, mudamos para cá em agosto de 2002. Minha vida toda foi trabalhar em roça, tudo que é serviço de homem eu já fiz na vida, era fazer acero, limpa cerca, era roça pasto, era capinar, era planta, tudo. Trabalhava na roça com o meu marido, diretão o dia todo desde da hora que levantava ia pro serviço, depois nós morou na fazenda aí cozinhava para pião diretão, meus filhos começaram a trabalhar eles tinham, uns 6 anos, com 6 anos eles começaram a trabalha já ia pra roça com nós, quando estudava, estudava e trabalhava mais nós depois que chegava da aula. Quando nos mudamos pra cá tínhamos vacas, tirávamos lite e fazíamos queijo vendíamos leite, plantamos o lote todo, de milho e arroz, depois começamos com as hortas, mechemos com hortaliças há 17 anos. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Ao analisar a narrativa da S2 vemos a rotina e o trabalho árduo na preparação da terra, a lida no serviço da casa, como também na preocupação com os filhos. Trabalha desde criança na lida braçal, tendo como ferramenta de trabalho a enxada, o foice, a vassoura, a panela e o fogão. Preocupação com a família. Família esta que se iniciou muito cedo; com filhos que aprenderam o valor da terra, ainda com 6 anos de idade. A entrevistada tem conhecimento sobre a resistência, suas experiências e o empoderamento de uma mulher do campo.

Já a S3 nos faz reconhecer o poder da convivência e das experiências, momentos esses desafiadores, que logo depois se torna o *Olimpo*. A narrativa abaixo permeia por um passado moldado por práticas e aprendizados, sejam eles em comunidade, sejam entre amigos ou até mesmo na essência familiar.

Pesquisadora: Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?
S 3: A minha vida inteira assim, meus pais sempre morou na zona rural, trabalhava para os outros, casei e também fui morar na zona rural, aí fiquei, moramos muito tempo em fazenda dos outros, aí a gente viemos pra cá, como teve o sorteio, aí teve cinco pessoas que desistiu, não quiseram o lote por ser pequeno, aí então os assentados que moravam aqui, como minha sogra que morava aqui, aí convidou o meu esposo né, se ele não queira ir, pra poder fazer o teste lá em Goiânia junto ao INCRA, aí eu realmente eu não queria pois tinha meus filhos pequenos né, e eu tinha muito medo de passa necessidade, porque, agente trabalhando para os outros todo mês, agente tem a renda o salário fixo, e pra cá a gente tinha que aprender a viver da terra né, agente não tinha recurso, eu torcia muito rezava muito, eu falava “ Senhor não deixa meu esposo ganha isso não, tomara que ele seja um péssimo lá na hora de fazer o teste”. Aí que era com a psicóloga e tudo, aí foi, e eu rezando, da primeira vezes que o povo foi, foi quatro e fico ele, era cinco lote aí faltou ele, o pessoal veio lá de Goiânia né, e buscou ele e levo. Falei “oh meu Deus, e agora tá nas suas mãos” e aí quando eles foram eles falaram que dentro de uma semana seu esposo teria a resposta, aí eu falando nossa vai dá certo de jeito nenhum, por que eu não quero ir para assentamento meu Deus do céu, ai bão ele pegou foi e fez os testes, foi aqui na Faina reuniu todo mundo, aí ele chego lá com um papel na mão que era um cheque que ganhava quando entrava na terra, falei oh Jesus, ele olha aqui bem eu passei, falei mais não é possível, aí depois que ganhou mais não tinha mais jeito aí eu conformei, aí saiu o dinheiro nós fizemos a casa e viemos para cá. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Pela narrativa, a S3 não tinha a perspectiva de ir para o assentamento, ao contrário, ela torcia para que o marido não se sobressaísse na entrevistada para a aquisição da terra. Supomos que a S3 via esse processo como um fato obscuro, visto que se apresentava como um caminho de lutas sem resultados imediatos.

Até então, fizemos uma apresentação do perfil dessas três mulheres, sujeitos sociais aqui descritas, visto que, não fora de modo tranquilo tê-las como entrevistadas nessa pesquisa. Contactamos outras mulheres, mas especificamente motivos pessoais, as mesmas não participaram da entrevista.

Assim, procuramos entender o processo do trabalho delas no assentamento na compreensão do papel que essas mulheres assumem no seu cotidiano, o que cada uma realiza em sua propriedade. E, é exatamente isso, que a S1 nos contou durante a sua entrevista:

Pesquisadora: Como foi o começo de todo o processo de se trabalhar com hortaliças, vocês se reuniam para discutir e informar, teve participação dos homens nesse processo?

S1: desde quando nos casamos meu marido já trabalhava com hortaliças, antes em sociedade com o pai dele, aos poucos essa sociedade foi acabando, então comecei a ajudá-lo, entregávamos nossa verduras na cidade e entregamos verduras do dia, então acordávamos as 4 ou 5 horas da manhã, dependia muito da quantidade de verdura que tínhamos que entregar, a minha filha mais pequena (filha mais nova) era bem pequeninha, como a horta e a caminhonete ficava perto eu colocava ela dentro da caminhonete e ia colher, quando meu marido saia para fazer entrega eu pegava ela, ela ficava comigo na horta, com nossa vinda pra cá, só continuamos. Agora temos

um funcionário, mais o forte mesmo é só eu e meu marido, pois o funcionário tem hora para chegar e sair, quando chegamos aqui na parcela só tinha pastagem, meu marido veio dois meses antes de mim, ele veio prepara a terra, e eu fiquei na fazenda cuidado das coisas, depois desse período eu vim, para ajudar ele. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Em análise, percebemos que a S1 nos trouxe lembranças de que seu marido tinha experiência com o plantio de hortaliças, o que provavelmente pode tê-la proporcionado um aprendizado no plantio. Vemos que o início do ‘negócio’ deu-se entre ela e o esposo, mas agora tem um funcionário. Nota-se, por meio da narrativa, que a entrevistada tem a percepção do horário de entrada e saída do ajudante o que demarca os direitos trabalhistas. Já a S3 apresenta um motivo claro e objetivo, qual seja, por questões financeiras. A entrevistada narra à participação de terceiros, acompanhado do fato que o marido já trabalhava com um vizinho que plantava hortaliças.

Pesquisadora: Como começou todo o processo de se trabalhar com hortaliças? Vocês se reuniram para discutir e informar, teve participação dos homens nesse processo?

S3: Eu acho que nós começamos logo que viemos pra cá, há 17 anos. É por que assim, meu esposo começou a ajuda um homem que é até o João, que mexia com hortaliças, aí através disso ele viu que dava até um dinheirinho, ele viu e falo já que a nossa terra, muitos preferiu criar vaca, cuidando outra coisa, aí gente penso e vamos mexer com horta que é mais fácil né. Aí meu esposo já não tem paciência com gado também, foi aí que a gente começou. O que eu mais faço na horta mesmo, sempre fazer o canteiro, e meu esposo é que faz, e minha que eu faço mesmo é, ajudo ele a plantar, que a gente semeia a semente, nasce aí gente plantava, aí sempre meu trabalho é esse ajuda ele a planta, limpa, colher aí e o que eu faço, pois o serviço pesado é ele quem faz. A gente levanta [...] eu gosto de trabalhar na horta na parte da manhã, o sol tá mais fresco, quando esquenta é muito quente, e na parte da tarde a gente colhe quando é dia de entrega, dia de feira dia de sábado, a gente começa cedo, colhendo apara da consta. Eu fui na feira..... eu acho que uns dois anos na feira com ele, aí depois eu parei por que ficou muito difícil muito puxado, chegava aqui né tava tinha muita coisa para fazer, agora ele traz, quando ele vai para a feira eu fico molhando e mexendo com as coisas que tem tratando dos animais, para a hora que chegar tá o almoço pronto, aí ele faz sozinho a feira. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Nas narrativas das entrevistadas é possível identificar que são elas, as mulheres que fazem grande parte de todo o serviço; e são as que mais permanecem no campo. Nenhuma delas realiza as entregas ou fazem às feiras, pois ambas as atividades são desenvolvidas pelos maridos.

Dando continuidade, procuramos conhecer como se sentem vistas no trabalho diário com a agricultura familiar. Percebemos que cada uma das entrevistadas sente e pensa de forma extremamente diferente. Cada uma se percebe, e se vê nesse processo de uma forma diferente.

A S1 relata que se sente valorizada tanto por parte de sua família, como do comércio local:

Pesquisadora: Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

S1: Igual aqui, aqui mesmo o meu esposo fala que quem trabalha aqui, mais na horta só eu, igual tipo assim, alguém liga encomendando uma verdura, uai quantidade maior, ele fala assim “vou ver com a S1(MULHER)” sabe se tem alguém que precisa de uma bandeja de muda ele fala, “tenho que ver S1 (MULHER), sabe? Aqui em casa eu creio que tenho reconhecimento sabe? É e ele mesmo fala se precisa de alguma coisa se chega aqui e fala com a S1, por que eu fico mais na horta do que ele, ele vai faz entrega chega vai descansar um pouco, aí depois, então ele fica mais ligado na colheita, se precisa das coisa eu falo pra ele, ele vai e compra, aí o dia que ele não tem entrega ele trabalha, faz alguma coisa aí, mais eu fico mais na horta, eu tenho mais acesso do que precisa do que pode entregar. Eu particularmente não importo, eu creio assim, que se eu for lá entregar verdura eles vão saber que eu também faço parte, que eu também (...) Goiás é cidade pequena né, então todo mundo conhece a luta do dia a dia (...) (citou nome de mulheres que moram na comunidade), eu creio que, eu creio assim, é mais para fora já não né, o trabalho da mulher não é realmente muito valorizado né, não é muito reconhecido, mais eu acho que a partir do momento que você tá ali naquela luta, não é pra ser reconhecido, e pra satisfação da gente mesmo. É mais eu creio que aqui na região nosso trabalho é valorizado, mais pra fora não, o trabalho da mulher não é valorizado. [...]. [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S1 tem uma visão sobre a valorização de seu trabalho na sociedade, e ela explicita claramente que no seu espaço cotidiano as pessoas sabem da sua importância e de seu papel no plantio das hortaliças. Também tem a dimensão de que *o trabalho da mulher não é realmente muito valorizado né, não é muito reconhecido, mais eu acho que a partir do momento que você tá ali naquela luta, não é pra ser reconhecido, e pra satisfação da gente mesmo* (S1, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). A entrevistada se reconhece no processo, e nos apresenta com clareza de detalhes.

Quando questionamos a S2 acerca do seu papel enquanto produtora:

Pesquisadora: Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

S2: É, então até pouco tempo atrás eu achava que eles não reconheciam não, depois de uns tempos pra cá era eu que não via que eles reconheciam, que ele reconhecem! Aprende a ver mais as coisa, no dia a dia a gente vai convivendo, aí a gente vai vendo que não é do jeito que a gente pensava, eles passo a fala e eu passei a fica sabendo, que eles falavam pra pessoas e as pessoas mim falava. A lá Cidade (...). Não sei não (...), eu acho que lá o povo acha que é só ele, tem que vim aqui para conhecer a minha historia, fala mais nos homem, as mulheres não tem visibilidade, nesse ponto as mulheres não são muito reconhecidas não, nós munhe aqui tem muito valor assim não, só para quem vem aqui mesmo ver. Aqui é assim se um sai ou outro tem que ficar, pois se o sol esta quente tem que molhar as mudas para não morrer. Oia eu vou ser bem franca eu acho que homem aqui não valoriza muie aqui tanto assim não, ceis pode até achar ruim, mais é verdade, aqui nois é um grupo de muie, que trabaia e luta muito, não vejo marido dando valor as muie como elas merecem não. É o jeito do serviço, se as mulheres não vão para o serviço os homens emburram, as mulheres têm mais e que fica em casa os homens e quem mais sai, é a gente umas coisas por aí meio esquisitas coitadas das muie. Meu marido não me reconhece, cheguei tempo,

de trabalhar o dia inteiro e chega dentro de casa até que fazia come, pra poder descansar um pouco, ainda falava tá cansada do que não fez nada hoje, já escutei muito palavrão também, de casa já foi muita coisa pra chegar até aqui, homem não reconhece o trabalho da gente assim não. O serviço da horta é serviço pesado, nois trabalha porque a gente é guerreira e gosta de trabalhar, mais é um serviço pra homem. O povo acha que serviço de mulher e aquele bem maneirinho, fazer bolo é serviço de mulher, aqui nois faz é tudo seja maneiro ou pesado nois faz tudo, nois faz o serviço do homem mais o homem não faz o nosso. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S2 retrata uma realidade e vivência diferente da produtora S1. A narrativa está permeada de sua relação com o marido, qual seja não vê o reconhecimento de seu trabalho com a horta. Ressalta ainda que outras mulheres também não são valorizadas, e nem reconhecidas nas atividades da terra pelos companheiros. Interessante pontuar quando ela menciona que *meu marido não me reconhece, cheguei tempo, de trabalhar o dia inteiro e chega dentro de casa até que fazia come, pra poder descansar um pouco, ainda falava tá cansada do que não fez nada hoje, já escutei muito palavrão também* (S2, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). A narrativa nos traz uma mulher que almeja ser reconhecida como ser humano, com o seu cansaço diário e que precisa de um parceiro não só na horta, mas também dentro de casa, nos afazeres domésticos.

86

Já a entrevistada S3 vimos que suas respostas foram cautelosas e pensativas. Não sabemos ao certo se isso ocorreu pelo fato de que sua família permaneceu no ato do diálogo. Mas vemos que as respostas foram vagas e confusas:

Pesquisadora: Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

S3: Não assim [...] eu acho que meus filho eles mim reconhecem, como trabalhadora né, por que a gente sempre vê, o meu menino mais velho ele gosta muito de ajuda sempre que ele tem a oportunidade ele mim ajuda, ele sempre faz o meu serviço as vezes dia de segunda feira para fica mais folgado, e assim a minha filha também tem essa consciência né de eu trabalhar o meu filho mais novo, também vê que eu trabalho, aí por eles eu acho que sou reconhecida como trabalhadora. Meu esposo também por que ele fala assim “que eu que ajudo ele”, por que a gente não tem funcionário, e só nois mesmo, aí por ele eu também sou reconhecida por ajudar ele. Eu acho assim, os fregueses velho que já mim viram lá, eu acho que vai compra por causa que conhece o ponto conhece a maneira que ele arruma a banca, as vezes vai comprar por isso, por que ele sabe que pertence a ele, mais por minha causa acho que não compraria assim não, compraria de outro. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S3 dá ênfase, em sua narrativa, do reconhecimento da família acerca de seu trabalho com a produção de hortaliças. Entretanto, é visível o preconceito que alguns fregueses têm na compra ou não das mercadorias visto que *os fregueses velho que já mim viram lá, eu acho que vai compra por causa que conhece o ponto conhece a maneira que ele arruma a banca, as vezes vai comprar por*

isso (...) e a entrevistada tem a noção do fato ao mencionar *por que ele sabe que pertence a ele, mais por minha causa acho que não compraria assim não, compraria de outro* (S3, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). Nesse sentido, essa narrativa nos induz a questionar se esse fato ocorreria se a cidade fosse mais numerosa, pois a cidade de Goiás tem a média de 20.000 mil habitantes. Quase todos se conhecem...

Quando nos tornamos pesquisadores, nos tornamos questionadores, pois tudo a nossa volta passa a ser visto com um olhar mais questionador. Tomamos como análise algumas imagens referentes ao *mundo do trabalho* das mulheres no Assentamento Serra Dourada.

Imagem 01: Mulheres em atividades.



Fonte: Acervo Benvindo, 2017.

Ao olhar esta foto buscamos analisar a realidade a qual essas mulheres estão inseridas na produção de hortaliças, na preservação e proliferação da agricultura familiar na região; levando em conta também o papel destas mulheres que por sua vez se apresentam de forma simples e atentas na colheita da plantação.

A sincronização, colaboração e a união devem ser constante no trabalho que realizam como nos mostra a concentração e o posicionamento destas mulheres. O trabalho requer um cuidado maior

por parte de quem se entremeia, dentro das plantações, podendo perceber tal fato ao olhar a imagem. Damos ênfase a uma das mulheres que se encontra de bota para a proteção de seus pés, pois existe a possibilidade da existência de répteis, anfíbios e serpentes em meio a essas plantações. A leitura que fazemos na Imagem de nº 2 é a de que o trabalho destas mulheres é permeado de momentos de descontração.

Imagem 02: Mulher em atividade.



Fonte: Acervo Benvindo, 2017.

Na imagem acima vemos um sorriso tímido. Nota-se um canteiro de couve cercada de estufas, mas coberta pelo sol da tarde que vai se pondo depois de um dia de trabalho de plantios e colheita. Observamos a posição da mulher, que se encontra com o corpo curvado e apoiando seu peso todo sobre suas pernas. Mesmo assim vemos uma feição de satisfação e alegria por estar ali.

Será que o *mundo do trabalho* destas mulheres é somente com o plantio das hortaliças? Conforme vimos por meio das narrativas essas mulheres transitam por espaços dos mais diversos. Estas mulheres estão em todos os lugares, seja no plantio ou cozinhando elas empoderam na luta pelo reconhecimento e sobrevivência diariamente.

Na imagem 03 temos um momento de encontro de algumas dessas mulheres. Nota-se que estão realizando inúmeras tarefas relacionadas a uma refeição coletiva. São mulheres que não se preocupam com as tendências da moda ou com vestimentas, pois nas narrativas vimos que o que realmente importa é o sustento da família e da comunidade. Unidas ou separadas elas estão ligadas direta ou indiretamente ao sustento de uma agricultura familiar que sustenta outras centenas de famílias.

Imagem 03: Mulheres em atividades.

Fonte: Acervo Benvindo, 2017.

89

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Nessa pesquisa resgatamos por meio das Atas do Assentamento o projeto do Assentamento Serra Dourada com a presença de diferentes sujeitos que compõe esse lugar múltiplo de práticas e saberes.

A intencionalidade de nossa análise foi a de analisar o trabalho das mulheres assentadas que fazem parte do Assentamento Serra Dourada. Vimos, por meio das narrativas das entrevistadas, a aquisição da terra. Também foi possível conhecermos a rotina diária dessas mulheres com a família, e o lugar que ocupam no social. Assim, vemos que a produção de hortaliças, via mãos dessas mulheres, são essenciais e fundamentais para a garantia do cultivo. Para algumas mulheres trabalhadoras do Serra Dourada é visível em suas narrativas o não reconhecimento por parte da família e mesmo de alguns consumidores, mas o que importa para elas é o próprio olhar que elas têm nesse processo.

Olhar para estas mulheres como sujeitos de nossa pesquisa nos faz entender e refletir acerca do *mundo do trabalho feminino*, que segundo algumas entrevistadas não são valorizadas por parte da sociedade. A terra é o que dá a sobrevivência desses sujeitos, e elas veem no trabalho o lugar de seu

reconhecimento e valoração de sua profissão e de seu sustento diário. Um lugar que constroem suas *histórias e memórias* que são narradas por mulheres que buscam a conquista pelo seu espaço, que buscam o reconhecimento de sua labuta diária em um mundo ainda cheio de desrespeito e intolerância para nós mulheres...

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARANTES, Antônio Augusto. **O Que é Cultura Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BARRETO, Alessandra Amâncio. **A mulher trabalhadora rural do Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, em Castanhal-PA**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará/Belém. Dissertação de Mestrado. 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Volume 2. Difusão Europeia do Livro, 2ª Edição, 1970.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. (Org.). Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Luciana Dos Santos; LAVRATTI, Iara Milreu. **A participação das mulheres em assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas**. Disponível em : https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-participacao-das-mulheres_iara-milreu-lavratti.pdf Acesso: 04/09/2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

HALBWATSHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Editora: Paz e Terra. 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MATOS, Júlia Silveira e SENNA, Adriana Kivanski de. *História Oral Como Fonte: problemas e métodos*. **Historias**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2395/1286> Acesso em: 25 agosto 2017.

MESQUITA, Natalia Lucas. **Geografia, Gênero e Contra-Espaço: mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO – Brasil**. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Dissertação. Goiânia, 2016.

MILTON, Aristides. **A campanha de Canudos**. Coleção Cachoeira vol. 2. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1979.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MONTENEGRO, Antônio Torres (2001). **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª Ed., São Paulo: Contexto.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ª Ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

PELLIZZARO, Reinaldo Assis. **Guerra do Contestado: Linguagem dos Caboclos**. Edipel, 2014.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. Lutas e Experiências dos Assentados Serra Dourada/Goiás-GO. **Revista Margens Interdisciplinar**. V. 10, nº 15, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4519> Acesso: dia 25/09/2017.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Cláudia de Lima; BUENO, Tobias; SILVA, Altamiro Lourenço da; SILVA, Sirlene dos Santos Neves. **Manutenção do Ciclo da Vida: Experiência em Transição Agroecológica de Hortaliças no Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO**. <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/16809/10638> Acesso dia 25/04/2016.

STEDILE, João Pedro. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TANZI, Héctor José. *O Tratado de Tordesilhas e sua projeção*. **Revista de História**, v. 54, nº. 108, 1976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814> Acesso: 19/08/2020.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Vol 1. Trad. Denise Bottmann. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON: Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Cultura, culturas e educação*. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, maio-agosto, 2003.

Fotografias

Acervo das pesquisadoras.

Atas pesquisadas

Atas do Assentamento Serra Dourada.